



Juruna diz que, no Tribunal Russell, não falou tudo o que queria.

Juruna retorna, fazendo críticas contra militares

RIO (Sucursal) — Confessando-se chocado com as denúncias que ouviu de índios de outros países, no Tribunal Bertrand Russell, desembarcou ontem no Galeão, o cacique xavante Mário Juruna. Ficou muito surpreso ao saber que há índios em piores condições que os brasileiros e por essa razão — além do fato de ter chegado praticamente no final dos trabalhos do tribunal — falou pouco no encerramento da reunião. Mas acha que disse o essencial:

“Eu expliquei que, no Brasil, os militares querem prender as pessoas no País com cadeado e ficar com as chaves. Parece até que não existe povo e que só os militares têm capacidade para dirigir. Disse que os militares mandam no civil porque não há um acordo entre grandes e pequenos. Fiz denúncias, mas não falei tudo que queria. Se eu soubesse que pessoas falaram mal de mim, depois que fui embora, eu teria metido o pau neles.”

Juruna referia-se ao fato de alguns políticos favoráveis ao governo terem se manifestado contra a sua ida à Holanda, alegando que ele não vive mais na sua aldeia. Ele mostrou-se disposto até a dialogar com o líder do governo, senador Jarbas Passarinho: “Vou terça-feira a Brasília. Se ele quiser, vou ao gabinete dele para mostrar, na conversa, que tem razão. Nenhum político é mais índio do que eu.” Juruna também comentou as acusações de que estaria sendo usado por políticos da oposição: “Falo com todo mundo, com gente do governo, da Funai, da polícia, da oposição. Quem fala mal de mim está comprometido com a gente que quer as terras dos índios.”

O cacique considerou o fato de ter conseguido o passaporte no Tribunal Federal de Recursos “uma vitória” e disse que, assim, abriu caminho para outros índios agirem da mesma maneira. E negou que esteja causando problemas para o governo.

“Não roubo, não mato, não entro na casa dos outros. Não dou dor-de-cabeça para ninguém. O governo é que cria problemas com os índios. Por isso, o sistema é que tem de mudar, não eu. Sou porta-voz da comunidade indígena e o governo não pode mandar em mim, porque não sou funcionário público. Eles querem que eu fique preso na aldeia para não fazer denúncias. Mas não vou voltar atrás. O governo tem que respeitar minha autoridade de chefe da minha comunidade.”

Funai livra garotires de 300 garimpeiros

BRASÍLIA (Sucursal) — Em ação conjunta, a Funai, Polícia Federal e Polícia Militar do Estado do Pará vão iniciar amanhã, a retirada de quase 300 garimpeiros que se encontram ilegalmente em área do posto indígena Garotire, no Estado do Pará.

Tão logo tomou conhecimento da presença de garimpeiros na área, o presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Velga, determinou a ida de assessores ao local, para que fossem tomadas todas as providências para sua retirada.

Além da ação conjunta da Funai, a Polícia Federal e Polícia Militar, será montado, no limite leste do Posto Garotire, um posto de vigilância da Funai, cujos funcionários percorrerão constantemente a região, usando para isso animais de montaria, dado tratar-se de uma área bastante acidentada. Este posto de vigilância fi-

EMANCIPAÇÃO

Juruna reagiu, com raiva, à possibilidade — levantada depois que o TFR lhe concedeu passaporte — de o governo promover, logo, a emancipação dos índios. Ele acha que essa medida não pode ser imposta a seu povo.

“Só o índio pode saber se está preparado para a emancipação. Ainda não estamos, talvez não vamos estar nunca. Por isso, o governo deve continuar com a tutela. Mas não para proibir a gente de sair. Queremos viver com liberdade. A tutela deve servir para proteger os índios, principalmente no caso das terras. E para que serve a emancipação? Nas capitais, há muito caboclo que não é emancipado. No Brasil, quem é pequeno não tem direitos. Só os grandes — o general, o marechal, o tenente — podem mandar.”

Juruna negou que seja contra todos os sertanistas. Disse que há muitos antropólogos e sertanistas favoráveis à causa indígena, “só que a Funai não quer saber desses”. Ele disse que recentemente a Funai demitiu 50 antropólogos por não concordar com o apelo que davam às comunidades indígenas.

“Na Funai só é admitido quem é a favor do governo. Eles mantêm muitos funcionários, mas não têm dinheiro para resolver os problemas dos índios. Por que a Funai tem três representantes no Rio se aqui não tem índios? Eles deveriam aplicar esse dinheiro para impedir que os índios morram de fome.”

A presença de Juruna no Galeão causou muita curiosidade. Durante todo o tempo em que atendeu à imprensa, ele permaneceu cercado por uma pequena multidão, que reagia com risos e murmúrios aos ataques ao governo. Acompanhado do deputado Modesto da Silveira, seu advogado, Juruna foi para a casa de amigos, onde deve permanecer até terça-feira, quando embarcará para Brasília.

Antes de ir embora, negou que tivesse afirmado, como saiu publicado numa coluna social do Rio, que “não sou índio, mas estou índio”. Inclusive, nem entendeu o jogo de palavras: “O que quer dizer isso?” Ele acha que esse tipo de afirmação visa deixá-lo mal com o povo.

“Na imprensa também tem gente comprometida com o governo. Mudam o que eu falo, muitas vezes. Mas não é favor nenhum sair meu nome nos jornais. Sou líder de um povo que já estava aqui, antes do branco chegar.”

DEMARCAÇÃO

Um convênio para a demarcação de terras indígenas será assinado terça-feira, no quartel-general do Exército, às 14h30, pelo Ministério do Interior e Ministério do Exército.

A solenidade de assinatura do documento terá a presença do ministro Mário Andreazza, do Interior, e do ministro interino do Exército, Ernani Airosa da Silva.

As primeiras áreas a serem indicadas, para a elaboração de planos de operação, estão localizadas nos Estados do Pará (Paracana e Caiapó), Acre (Mamoatate e Campa do Rio Envira) e Paraíba (Potiguara).